

Ruralidade no vale do submédio São Francisco:  
observações a partir da evolução econômica do polo  
Juazeiro-BA - Petrolina-PE

José Raimundo Cordeiro Neto<sup>1</sup>  
Christiane Luci Bezerra Alves<sup>2</sup>

**Resumo**

*Por décadas seguidas, o Vale do Submédio São Francisco, no Nordeste brasileiro, tem sido cenário de políticas de desenvolvimento regional. Neste artigo, discute-se a evolução econômica desse território objetivando demonstrar, nesse contexto, o entrelaçamento entre processos “do campo” e “da cidade”, exigindo propostas de intervenção alicerçadas na inseparabilidade desses dois espaços. Inicialmente, o processo histórico de consolidação da economia local fruticultora é sistematizado e problematizado sob referências teóricas diversas. Procura-se com isso explicitar o modo como foram integrados campo e cidade em torno da centralidade urbana do POlo Juazeiro-Petrolina, mediante uma atividade produtiva estritamente relacionada ao mundo rural. Em seguida, faz-se uso de dados secundários para tratar do mercado de trabalho e da distribuição espacial da população na localidade. Daí, diversos números dão conta de esclarecer os contornos da relação urbano-rural, na medida em que*

---

<sup>1</sup> Especialista em Desenvolvimento Regional e bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Professor de Economia da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Endereço eletrônico: cordeironeto@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Professora do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA. Endereço eletrônico: chrisluci@bol.com.br.

*destacam a agropecuária como carro-chefe do mercado de trabalho local e a concentração nas cidades da população residente. Assim, o aspecto central da ruralidade territorial captado se apresenta na constituição de uma inserção produtiva e ocupacional em sua maior parte via atividades ligadas ao rural, ao mesmo tempo que a cidade se configura como principal espaço de moradia e de organização da vida social.*

**Palavras-chave:** *Ruralidade; Relação Campo-Cidade; Vale do Submédio São Francisco.*

### **Abstract**

*For decades, the Valley of the São Francisco, in Brazilian northeastern, has been object of regional development policies. In this article, we discuss the economic evolution this territory showing, the entanglement between "field" and "city", that requiring intervention proposals grounded in the inseparability of these two spaces. Initially, the historical process of local economy consolidation is systematized and problematized based in various theoretical references. The objective is clarify how were integrated, rural and urban area, around of Polo Juazeiro-Petrolina, through of the productive activity specify rural. The secondary data are used presents the labor market and the spatial distribution of population in the locality. Hence, several numbers clarify the urban-rural relationship, highlighting the agropecuary in local labor market and the concentration of the residents into cities. Thus, the central aspect of rural life presents the establishment of the productive and occupational activity related to rural. The same time, the city has be the main space and organization of social life.*

**Keywords:** *Rurality; Relationship Rural-Urban; Valley of the São Francisco.*

## **Introdução**

A defesa de que a ruralidade é um fenômeno de natureza territorial e não setorial implica uma nova forma de abordagem do mundo rural e, simultaneamente, das relações cidade-campo nos diversos âmbitos espaciais. Os estudos a respeito de novas identidades sociais que emergem na cidade e no campo têm colocado em xeque o reducionismo da identificação entre rural e agricultura como sinônimos, bem como

têm requalificado a visão da dinâmica existente entre o urbano e o não urbano.

Este artigo explora o assunto em questão, tendo como objeto de estudo o Vale do Submédio São Francisco, região que agrupa municípios dos estados brasileiros de Pernambuco e Bahia. Também a região, como o próprio nome denuncia, é dotada de uma economia sustentada principalmente pelos seus ativos ambientais e pela sua aptidão agrícola, o que não deixa escapar a forte presença do rural, mesmo se tratando de um espaço no qual o crescimento acelerado das cidades com suas populações e setores econômicos urbanos por vezes ofusque a inegável ruralidade manifestada, dentre diversas formas, pela presença do maior rio brasileiro em extensão, em cujas margens as aglomerações humanas evoluem.

Para cumprir com o propósito de demonstrar que a gestão do território no Submédio São Francisco deve ser realizada a partir de concepções e metodologias que privilegiem a ótica da integração rural-urbano, seja por meio do conceito de *rurbano* ou de uma *noção inteira campo cidade*, as seções que se seguem procurarão dar corpo a seguinte metodologia: a) referenciar teoricamente o estudo a partir do levantamento dos principais conceitos a serem utilizados, revisando parte da literatura existente sobre eles; b) abordar as principais condições de formação da região estudada e suas características sociais e econômicas, enfatizando os elementos que levam à compreensão da indissociabilidade entre as dinâmicas urbanas e rurais no território; e c) explorar um indicador da ruralidade regional que, embora não mensurando tal aspecto, pela dificuldade em fazê-lo em relação a um atributo de natureza intangível, possa gerar uma visão mais lúcida da dimensão de tal característica nas economias da região. Na última seção são registradas as considerações finais sobre o tema investigado e sobre os possíveis desdobramentos à pesquisa iniciada.

Como procedimentos metodológicos, o trabalho teve o levantamento bibliográfico e o uso de dados secundários como principais instrumentos para a sua concretização. A Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego, e o IPEADATA, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, foram as duas principais fontes utilizadas.

## O rural, o urbano e a gestão do território

De qual território se está tratando quando a gestão territorial é posta na ordem do dia? Um primeiro questionamento parece ser: territórios urbanos ou rurais? Maior que a relevância de discutir os tipos adequados de estratégias para cada um desses espaços, parece ser o esforço em superar essa visão dual, haja vista que as necessidades hoje impostas em termos de desenvolvimento humano não têm sido alcançadas pelos projetos concebidos a partir dessa segmentação.

A superação desse modo de refletir sobre a organização espacial da sociedade, todavia, não é uma tarefa simples, visto que a raiz desse pensamento dualista é complexa e possui fortes imbricações nas práticas hoje predominantemente vigentes na ciência e na política.

A modernidade, como evidencia Alencar (2005), foi assentada na concepção de um padrão civilizatório que tinha a cidade como cerne estruturador, vista como espaço social por excelência para viabilizar a interação entre os indivíduos e as oportunidades a partir daí abertas para o desenvolvimento da sociedade. No que tange à produção material da vida, as ideias de Adam Smith na segunda metade do século XVIII, bem como sua colocação da divisão social do trabalho como motor da produtividade e do progresso econômico, conferem ao espaço urbano características essenciais ao impulso industrial, pois:

A cidade oferece mais e mais as condições decisivas da divisão de trabalho. [...] É um fato decisivo que a vida da cidade transformou a luta com a natureza pela vida em uma luta entre os homens pelo lucro, que aqui não é conferido pela natureza, mas pelos outros homens. Pois a especialização não flui apenas da competição pelo ganho, mas também do fato subjacente de que o vendedor precisa sempre buscar atender às novas e diferenciadas necessidades do consumidor atraído (SIMMEL *apud* ALENCAR, 2005, p. 306-307).

Moreira (2005) enfatiza o poder do mundo científico na significação dessas categorias (cidade e campo), já que, no momento seminal da modernidade, funda-se a crença de que os cientistas passam a ser os intérpretes do mundo, tal qual os sacerdotes o tinham sido na época medieval. Desse modo, as ciências sociais em particular tiveram enorme importância na construção social de um espaço segmentado entre urbano e rural.

Essa dualidade, segundo Martins (1986, p. 32), foi enfatizada por tais ciências, “na medida em que o rural é um objeto socialmente construído, através da observância dos requisitos da produção do chamado conhecimento científico, [e] apresenta-se como região de uma realidade mais global que abrangeria o rural e o urbano, a região da realidade que ocupa uma posição subordinada, inferiorizada hierarquicamente em relação ao urbano”.

Mesmo que hoje se assista a fenômenos que põem em xeque o alcance da urbanização e seu poder para fazer desaparecer modos de vida rural e seus espaços característicos, Veiga (2005) afirma que praticamente todos os estudos que se voltam para a questão campo-cidade partem da premissa da tendência à urbanização completa ou, do lado diametralmente oposto, da crença à ideia de renascimento rural.

Monte-Mór (2006, p. 12) defende a tese de urbanização extensiva, caso brasileiro que trata de uma “urbanização que ocorreu para além das cidades e áreas urbanizadas, e que carregou com ela as condições urbano-industriais de produção (e reprodução) como também a práxis urbana e o sentido de modernidade e cidadania”. Assim, o urbano no mundo contemporâneo seria “um terceiro elemento na oposição dialética cidade-campo, a manifestação material e socioespacial da sociedade urbano-industrial contemporânea estendida, virtualmente, por todo o espaço social” (MONTE-MÓR, 2006, p. 9).

Não há dúvidas de que a realidade brasileira é característica de uma concepção de urbanidade avassaladora, haja vista o processo de metropolização de destaque mundial que se logrou na última metade do século XX. A constituição de gigantescas cidades como São Paulo, amplamente inseridas, se bem que de forma subordinada como adverte Oliveira (2006), na rede mundial de cidades globais, se deu a partir de fluxos derivados em grande parte do êxodo rural que alimentaram a

ideia de que o Brasil seria quase que totalmente urbano já nas primeiras décadas desse terceiro milênio<sup>3</sup>.

Entretanto, Veiga (2003) assinala que acreditar na perspectiva de completa urbanização no Brasil significa iludir-se com a real distribuição da população brasileira no espaço nacional. E essa ilusão seria reforçada, sobretudo, pela legislação federal (Constituição Federal de 1988), segundo a qual toda e qualquer sede de município é considerada área urbana, bem como seus distritos, levando ao inevitável superdimensionamento estatístico da população urbana e subestimando o lado rural, por ignorar que boa parte das áreas tidas como urbanas são caracterizadas por dinâmicas demográficas, econômicas, sociais e culturais rurais. Essa seria, talvez, a manifestação mais profunda de uma questão internacional que faz com que sejam “raros os países que não sentem hoje a necessidade de modernizar seus esquemas de enquadramento territorial da ação pública” (VEIGA, 2003, p. 37). Assim, para o autor, a adequada consideração de que muitos aglomerados não passam de vilarejos ou de regiões sem traços de urbanidade efetiva não pode gerar outra percepção a não ser a de que “o Brasil é menos urbano do que se calcula”, sendo este o subtítulo de seu livro, precedido pela expressividade do termo “cidades imaginárias”<sup>4</sup>.

Por outro lado, pesquisadores como Wanderley (2000) têm demonstrado a retomada de valores referentes à ruralidade nas sociedades de capitalismo avançado, ao passo que Moreira (2005) aborda as condições inerentes aos países da periferia mundial que dificultariam que esse mesmo fenômeno se manifestasse por completo na América Latina.

---

<sup>3</sup> Conforme Oliveira (2006) essa experiência brasileira resulta hoje num verdadeiro desastre urbano, tendo as grandes cidades se transformado em espaços por excelência para a decantação social que vitima as camadas populares através da força de um darwinismo social sem limites. Não poderia ser de outra forma dado o modo como a urbanização se deu no país.

<sup>4</sup> Baseando-se em critérios de tamanho populacional, densidade demográfica e de localização, Veiga (2003, p. 34) conclui que “não pertencem ao Brasil indiscutivelmente urbano, nem ao Brasil essencialmente rural, 13% dos habitantes, que vivem em 10% dos municípios. E que o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes. Ao contrário da absurda regra em vigor – criada no período mais totalitário do Estado Novo pelo Decreto-lei 311/38 – esta tipologia permite entender que só existem cidades nos 455 municípios do Brasil urbano. As sedes dos 4.485 municípios intermédios são vilas, das quais apenas uma parte se transformará em cidades”.

Exemplos desses condicionantes seriam os baixos níveis de cidadania, renda e infraestrutura até hoje efetivados no meio rural de nações como o Brasil. Esses estudos, acompanhando as tendências internacionais, levam a concluir, como faz Abramovay (2000, p. 26), que “a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um *valor* para as sociedades contemporâneas”.

A predominância da visão dual sobre a dinâmica campo–cidade, então, tem sido alvo de desdobramentos científicos questionadores dessa separação estanque. Abramovay (2000), por exemplo, aborda os fenômenos que têm feito com que as divisões territoriais na Europa contemplem denominações mais adequadas aos processos de interação entre seus espaços geográficos, como é o caso dos conceitos de *região essencialmente urbanizada*, *essencialmente rural* e *relativamente rural*. Para a economia brasileira, Silva (2002) tem desfeito mitos inerentes à identificação do rural com o agrícola, mostrando a existência, em muitos casos virtuosa, de empreendimentos não agrícolas no campo, o que representa a força das chamadas *ocupações rurais não agrícolas* (RNA's) e da *pluriatividade* das famílias residentes no campo. Alencar (2005) revela o que chama de um novo padrão civilizatório marcado pela permanência do campo no cerne de Regiões Metropolitanas, explorando especificamente o caso brasileiro da Região Metropolitana de Salvador-BA e observando a persistência de hábitos e elementos carregados de ruralidade no interior dessas estruturas, vistas quase sempre como sinônimo de ausência do rural.

Em especial, as questões apresentadas, inerentes ao território, são particularmente importantes no atual cenário mundial em que os problemas globais relacionados ao padrão urbano no modo de vida predominante tornam-se insustentáveis e a condição de inseparabilidade das dimensões rural-urbano é evidenciada. Isso é perceptível na medida em que as regiões carecem cada vez mais de dinâmicas asseguradas em relações campo-cidade que se sustentem social, econômica, política, cultural e ambientalmente<sup>5</sup>. Ilustra muito

---

<sup>5</sup> “O mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo. Torna-se cada vez mais forte a atração pelos espaços rurais em todas as sociedades mais desenvolvidas. Fenômeno novo que muito pouco tem a ver com as relações que essas sociedades mantiveram no passado com tais territó-

bem o argumento, a tomada de consciência, na última década do século XX, “das imbricações do caráter desigual do desenvolvimento e do problema ambiental postos pelo processo de globalização” (ALENCAR, 2005, p. 308).

Desse modo, os desafios modernos para a promoção do desenvolvimento requerem uma lógica de atuação das instâncias sociais que não esteja presa ao dualismo rural-urbano. Daí que Silva (2002, p. 433) tem ressaltado a ideia de *rurbano*, correspondente ao reconhecimento de que “o rural, longe de ser apenas um espaço diferenciado pela relação com a terra e, mais amplamente, com a natureza e o meio ambiente, está profundamente relacionado ao urbano que lhe é contíguo”. Vale dizer que a cunhagem de novas óticas na direção do que a denominação *rurbano* indica corresponde a *integrar organicamente cidade e campo* sem lhes eliminar as particularidades da organização social, econômica e territorial. Porém, trata-se de partir da concepção de que o “território [...] possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações” (ABRAMOVAY, 2000, p. 22). De modo semelhante, uma *noção inteira campo-cidade* é o que propõe Alencar (2005, p. 313), para quem a perspectiva sistêmica, bem como o olhar complexo sobre esses espaços sociais, “nos possibilitaria privilegiar a sociabilidade ao invés da atividade produtiva, no sentido de dar condições de sobrevivência material e social, de governabilidade e de realização humana”.

A reflexão sobre esses pontos brevemente levantados é de particular importância para as discussões sobre desenvolvimento regional. Para o caso brasileiro, em especial, as abordagens anteriores suscitam oportunas reflexões sobre as políticas desenvolvidas na região Nordeste. Em primeiro lugar, pontua-se que essa região adentrou o século XXI com uma estrutura social e econômica que exige, de forma mais visível hoje do que no início das intervenções governamentais, o tratamento integrado de seus espaços urbanos e rurais. Tal evidência é clara diante da forma como evoluíram suas atividades produtivas e a distribuição da

---

rios. É uma atração que resulta basicamente do vertiginoso aumento da mobilidade, com seu crescente leque de deslocamentos, curtos ou longos, reais ou virtuais” (VEIGA, 2006, p. 334).



sua população. Na sua interpretação, Manuel Correia de Andrade (1922 – 2007), grandioso geógrafo brasileiro, considerava que a modernização nordestina tinha avançado significativamente na última década do século XX e apresentava mudanças reais no limiar desse terceiro milênio. Os principais vetores de transformação na região, para o estudioso, seriam: i) o aumento da utilização de políticas públicas de educação, saúde e lazer; ii) o avanço do setor de serviços e do turismo a ele ligado; e iii) o crescimento urbano e a expansão da infraestrutura física, sobretudo no setor de transportes, aproximando as cidades e estreitando suas relações com o campo (ANDRADE, 2005).

Observe-se que os últimos itens levantados são de especial relevo para a discussão que se está promovendo aqui. Andrade (2005, p. 279) ainda frisa que o Nordeste brasileiro com essas mudanças passou a apresentar as seguintes tendências:

o meio rural até certo ponto se urbaniza e o urbano se ruraliza com a transferência para as cidades de grandes levas da produção do campo. Esse êxodo campo/cidade apresenta grandes modificações nas áreas próximas aos centros urbanos, na periferia, onde se observa um processo de rurbanização de que fala Gilberto Freyre em seus livros.

Andrade analisa, como um freio à evolução nordestina, o fato de que a concentração de terras na região não sofreu alteração significativa. A ausência da reforma agrária, que seria necessária para que se redistribuísse esse importante meio de produção, “impediu uma maior mobilidade vertical da população, freando a ascensão das classes pobres e da população de cor à condição de classes sociais de nível de renda mais elevados” (ANDRADE, 2005, p. 280). Da mesma forma, os impactos ambientais do processo de modernização são ressaltados como elementos importantes a serem considerados nas atuais intervenções regionais.

Desse modo, não obstante o Nordeste continue a ser uma das regiões do Brasil que reclama a formulação e implementação de políticas de desenvolvimento regional, as mudanças que ocorreram nos últimos anos

levam à inadequação de estratégias com restrições ao atendimento das novas configurações territoriais. Entre essas restrições, coloque-se a dicotomia urbano-rural de velhas práticas não mais replicáveis em face de uma realidade onde as fronteiras entre o campo e a cidade já são, em diferentes medidas, a depender de cada caso, por demais confusas.

### **Vale do Submédio São Francisco: a ruralidade no contexto nordestino e as especificidades na evolução do território**

O contexto regional ao qual o território do Submédio São Francisco pertence, por si só, já diz muito sobre a ruralidade desse território. Envolvendo municípios dos estados da Bahia e de Pernambuco, o Vale do Submédio São Francisco está, desse modo, imerso nas condições gerais que se apresentam para a região Nordeste. Nesse particular, é essencial pontuar que o âmbito regional do qual se fala manifesta as características de ruralidade mais fortes do espaço nacional.

No final do século passado, ano 2000, o Brasil tinha a marca em suas estatísticas oficiais de que 19% de sua população residiam em áreas rurais (Tabela 1). Aqui, mesmo com a consciência de que as áreas verdadeiramente rurais abrigam mais pessoas do que as oficialmente rurais incluídas nesse dado, pode-se afirmar que ainda assim quase 1/5 dos residentes não é uma proporção desprezível. Acrescente-se que as disparidades regionais brasileiras ressaltam o Nordeste nesse quadro, região que possuía 30,9% de sua população nas áreas rurais em 2000, o maior percentual entre as regiões do país, contrastando com os 9,5% do Sudeste.

Tabela 1 – População residente por condição do domicílio – Brasil e regiões – 2000

Regiões geográficas	População residente				
	Total	Urbana		Rural	
		Total	%	Total	%
Brasil	169.799.170	137.953.959	81,2	31.845.211	18,8
Norte	12.900.704	9.014.365	69,9	3.886.339	30,1
Nordeste	47.741.711	32.975.425	69,1	14.766.286	30,9
Sudeste	72.412.411	65.549.194	90,5	6.863.217	9,5
Sul	25.107.616	20.321.999	80,9	4.785.617	19,1
Centro-Oeste	11.636.728	10.092.976	86,7	1.543.752	13,3

Fonte: IBGE.

Com essa primeira aproximação, não se quer enquadrar o fenômeno da ruralidade como algo inerente apenas às regiões com grandes contingentes populacionais em áreas não urbanas. Até mesmo porque fazê-lo seria negar o caráter de que “a existência do rural requer a existência do não rural. Nesse sentido, as ruralidades só podem existir e ser pensadas a partir de suas relações com algo que a cultura significa como não rural” (MOREIRA, 2005, p. 19). É esclarecedora a afirmação de Alencar (2005, p. 301), de que a própria onda que se assiste atualmente, de (re)valorização de atributos rurais, emerge das “ordenações que vêm da cidade”, movidas entre “entusiasmo pelo progresso urbano industrial (o processo modernizador) e nostalgia do agroindustrial (as imagens da natureza) [...]”<sup>6</sup>. Não há como fugir, então, da constatação de que os centros urbanos são promotores do fenômeno da ruralidade, motivo pelo qual se pode falar em campo na cidade, expressão empregada pela última autora.

Espaços regionais com proporção elevada de residentes vivendo no mundo rural, todavia, evidenciam condições mais amplas de que o patrimônio cultural e natural (re)valorizado de que dispõem encontra-se em maior medida “preservado”. Em termos potenciais, esses territórios estariam, à primeira vista, mais aptos ao desencadeamento de processos oriundos do fenômeno da ruralidade. Todavia, sabe-se das

<sup>6</sup> Para Veiga (2006, p. 335), “a dimensão ambiental da globalização age para tornar as áreas rurais cada vez mais valiosas à qualidade de vida, ou ao bem-estar, pela ação de uma espécie de trindade: conservação do patrimônio natural, aproveitamento econômico das decorrentes amenidades e exploração de novas fontes de energia”.

consequências negativas de uma série de fatores (como a falta de infraestrutura, os baixos níveis educacionais e as dificuldades de atendimento às demandas urbanas) para essa concretização. É nesse sentido que se pode pensar o Nordeste brasileiro como espaço de ruralidade potencialmente transformadora das relações campo-cidade, porém registrando aí as dificuldades para tal<sup>7</sup>.

Para usar os desdobramentos dos estudos de Moreira (2005), associem-se as questões referentes ao que o autor chama da *narrativa sobre o rural contemporâneo na modernidade europeia* e uma correspondente narrativa que trata do tema na *periferia latino-americana*, onde as modernizações são incompletas, forjando processos distintos dos que surgem no mundo desenvolvido. Daí que, limitando a discussão ao Brasil, o contexto nordestino pode ser aquele que, no nosso caso, tenderá a engendrar processos marcados por seu relativo atraso na comparação com outras regiões, sobretudo Sul e Sudeste.

Melhor expondo os contrastes, tem-se a Tabela 2, pela qual se observa que rendimento real médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes brasileiros, atingia, em 2000, o valor de R\$ 854,00 nos domicílios urbanos e de R\$ 328,00 nos rurais. Os correspondentes nordestinos equivaliam respectivamente a R\$ 549,00 e R\$ 186,00, menores valores encontrados entre as regiões (PINTO et al, 2006).

---

<sup>7</sup> É ilustrativo citar o caso da educação como fator limitante do que se está pontuando. A educação ofertada às pessoas que vivem fora das áreas urbanas brasileiras tem proporcionado resultados muito inferiores aos observados nas cidades. Enquanto no campo a média de anos de estudo em 2000, entre os indivíduos com 15 anos ou mais, era igual a 3,4 anos, esse número subia para 7,0 no meio urbano. No Nordeste, os dados eram, respectivamente, de 2,6 e 5,8 anos, a pior situação do cenário nacional. O mesmo acontece no que concerne à taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais, já que na cidade isso atinge 10,3% dos residentes urbanos brasileiros e 29,8% no campo, sendo que para o Nordeste os percentuais respectivos são de 19,5% e 42,7%, as taxas mais elevadas, lembrando que os dados se referem ao ano de 2000 (PINTO et al, 2006).

Tabela 2 – Valor do rendimento real médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio – Brasil e grandes regiões – 1991/2000

Regiões geográficas	Situação do domicílio (R\$)					
	Total		Urbana		Rural	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	542,00	769,00	633,00	854,00	215,00	328,00
Norte	428,00	577,00	534,00	663,00	263,00	335,00
Nordeste	301,00	448,00	396,00	549,00	143,00	186,00
Sudeste	690,00	945,00	741,00	993,00	262,00	428,00
Sul	530,00	796,00	608,00	868,00	283,00	463,00
Centro-Oeste	589,00	856,00	654,00	904,00	295,00	518,00

Fonte: IBGE.

O Nordeste apresenta, portanto, duas características que, no presente trabalho, assumem centralidade notável. A primeira se deve à sua ruralidade intensa. A segunda está relacionada às desvantagens que a mesma incorre ao se comparar seu desenvolvimento social e econômico com o restante do país, por isso mesmo configurando-se como espaço para as políticas regionais. Do mesmo modo, como já posto por Andrade (2005), as relações campo-cidade no Nordeste adentraram nas últimas décadas em novos padrões de intensidade, algo que não pode ser ignorado. Essa dupla característica torna mais do que oportuno discorrer sobre a gestão dos seus territórios, sob a perspectiva da ruralidade, uma vez que a gestão territorial é um desdobramento na ciência e na política resultante da evolução das estratégias de desenvolvimento regional.

O quadro que resultou nessa forma de inserção do Nordeste na economia e na sociedade nacional tem sido alvo de intervenção do Governo Federal brasileiro desde os anos finais do século XIX. Desde então, uma série de organizações públicas foram criadas para enfrentar as questões relacionadas, com destaque para o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS; a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF; o Banco do Nordeste do Brasil – BNB; e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (LEITE, 2006).

Geralmente a literatura divide em duas etapas esse processo de intervenção governamental no Nordeste. A primeira é caracterizada pela concepção de que os fatores climáticos, a semiaridez da região e, logo, as secas, são os eixos causadores das dificuldades nas condições de vida da população. Essa etapa corresponde ao período que se estende do início das obras de engenharia hidráulica até a década de 1950. As grandes secas de 1877, 1900, 1915, 1919-20 e 1931-32 criaram quadros de tensões sociais e políticas que levaram a União a atuar sobre as mazelas nordestinas. É marco desse período (final do século XIX – meados do século XX) o início da construção de açudes (públicos e em cooperação com particulares) e da perfuração de poços, sendo o açude de Quixadá (1884) o primeiro. Paralelamente, medidas emergenciais de socorro aos flagelados da seca passam a ser outra frente de atuação e em 1900 são estipulados fundos especiais de socorro. Adentrando o século XX, o surgimento de órgãos governamentais que darão continuidade a esse padrão imediatista de política se dá com a Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca – IFOCS, em 1909, que se transforma no Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, em 1945.

A Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco – CHESF surge em 1945, com o objetivo de explorar o potencial energético de Paulo Afonso, gerando energia elétrica para as indústrias locais. Por sua vez, a Comissão do Vale do São Francisco nasce em 1948, também com atuação sobre a gestão dos recursos hídricos, em especial na facilitação da comunicação nacional interna por via fluvial.

A segunda etapa na política regional tem início na década de 1950, quando a visão desenvolvimentista prevalecente no cenário nacional observa os problemas nordestinos como problemas econômicos. O Banco do Nordeste do Brasil (1952) é fruto dessa percepção, bem como o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN (1956) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (1959). O BNB, como agência destinada a promover o crédito necessário às atividades produtivas da região, e a SUDENE, como órgão de planejamento regional que administrará concessões e incentivos fiscais aos setores privados, marcam a passagem do foco das *políticas da seca* para a *estrutura de produção*.

Embora essas intervenções tenham logrado algumas mudanças substanciais no seu espaço de atuação, elas não atingiram plenamente seus objetivos, conforme observa Leite (2006). Apesar dos crescimentos na renda regional, inclusive de sua participação na renda nacional, e do aumento da indústria, a opinião de Leite (2006, p. 157) é de que:

os resultados não foram, todavia, os mesmos no tocante à qualidade de vida e à das condições sociais da maioria dos 40 milhões de pessoas que moram na região. Na verdade, o que tem ocorrido no Nordeste é um mau desenvolvimento econômico, subsistindo os principais problemas de desigualdade e de pobreza que marcam as economias mais subdesenvolvidas do mundo.

Das intervenções anteriormente mencionadas, um dos processos que conferiram maior transformação ao Nordeste, para Andrade (2005), foi a implantação dos sistemas de agricultura irrigada no Vale do São Francisco, ainda que pesem negativamente seus impactos sociais sobre as comunidades tradicionais do território e os impactos ambientais das técnicas introduzidas.

Especificamente sobre o Vale do São Francisco, Sampaio *et al* (2004, p. 29) apresentam a divisão desse espaço em quatro áreas, de acordo com as características do perfil longitudinal do rio:

- Alto São Francisco, compreendendo a parte superior do rio São Francisco e suas sub-bacias dos rios das Velhas, Abaeté, Pará, Jequitai e Indaiá. Situa-se em Minas Gerais, abrangendo a barragem de Três Marias e tem seu limite a jusante, à altura da cidade de Pirapora;
- Médio São Francisco, compreendendo as sub-bacias dos rios Paracatu, Urucuia, Carinhanha, Corrente, Grande e Paramirim. Localiza-se nos estados de Minas Gerais e Bahia e tem seu limite a jusante, no lago Sobradinho, a altura de Remanso;

- Submédio São Francisco, compreendendo, entre outras, as sub-bacias dos rios Pajeú e Moxotó, em Pernambuco, e as dos rios Tourão e Vargem, na Bahia; e
- Baixo São Francisco, englobando as sub-bacias dos rios Ipanema e Capivara até a foz do rio no Oceano Atlântico, incluindo as áreas da Bahia, Alagoas, Sergipe e Pernambuco.

Dessas quatro áreas, o Submédio São Francisco – SMSF é a que mais interessa aqui. Representa o território no qual as obras de irrigação ganharam maior dinâmica e tiveram maiores repercussões sobre as economias locais. É nele que está localizado o Polo Juazeiro-BA – Petrolina-PE, que reúne um conjunto de oito municípios: do lado pernambucano tem-se Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó, enquanto do lado da Bahia estão Juazeiro, Sobradinho, Casa Nova e Curaçá (LOPES, CASTRO, NEVES, CALDEIRA, 2008). Entretanto, neste trabalho, preferiu-se utilizar o termo Polo Juazeiro-Petrolina para denominar a centralidade desse território, ou seja, os dois municípios específicos, que apresentam as maiores aglomerações urbanas dentre os oito acima.

Na verdade, a própria forma de condução das políticas públicas criou as condições para que Juazeiro-BA e Petrolina-PE viessem a adquirir a devida centralidade:

a concentração de investimentos públicos em perímetros de irrigação no entorno de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, cidades historicamente melhor dotadas de infraestrutura de serviços, com forte presença da representação política e de várias instituições públicas, fez dessas localidades o centro de atração em torno do qual se estabeleceu a iniciativa privada (SILVA, 2001, p. 109-110).

O estudo de Silva (2001) divide a evolução da agricultura irrigada no Submédio São Francisco em quatro períodos, no decorrer dos quais se



formou o complexo frutícola extremamente integrado ao mercado externo. O primeiro período seria o que o autor caracteriza como embrionário, compreendido entre 1950 e 1975. Após 1950 é que se teria despertado a atenção das autoridades públicas para o potencial que as atividades agrícolas apresentavam na região. Até então, o cultivo de fruteiras se dava como uma prática de fundo de quintal, sem muitas pretensões comerciais, já que era a pecuária a principal atividade da economia local. Essas culturas e outras como a cebola assistiram a um período de expansão após a instalação da CHESF e o uso generalizado de motobombas diesel na década de 1950 e de eletrobombas na década de 1960.

Nesse primeiro período, no entanto, a fruticultura teve ampliação reduzida – medíocre até, segundo Silva – uma vez que as culturas permanentes como laranja, manga e banana eram praticadas apenas pelos proprietários de terras. Desse modo, foram os cultivos tradicionais de mandioca, milho, arroz, feijão, algodão etc os que estiveram entre os de maiores impulsos, sendo liderados pela cebola e pela cana-de-açúcar. Todos esses cultivos eram desenvolvidos a partir de relações de parceria que se estabeleciam entre meeiros e proprietários.

São marcas desse primeiro período o aumento da infraestrutura disponível nos setores de transporte, comunicação e energia, bem como as primeiras iniciativas de pesquisa e apoio técnico para as culturas irrigadas por meio da CVSF<sup>8</sup> e a implantação de duas estações experimentais de áreas de irrigação (1963 e 1964), que mais tarde dariam corpo aos Projetos Pilotos de Bebedouro e Perímetro Irrigado de Mandacaru. Cabe destacar que, no seu âmbito de atuação, a SUDENE elaborou o Plano Diretor para a Irrigação do SMSF e foi responsável pela gestão dos incentivos fiscais que atraíram capitais do Sudeste e do Sul do país fundando a Fazenda Milano (1969)<sup>9</sup> e a Fazenda Ouro Verde (início da década de 1970), ambas com destaque na produção de uvas viníferas e de mesa (SILVA, 2001).

---

<sup>8</sup>Em 1967, a CVSF é substituída pela Superintendência do Vale do São Francisco – SUVALE, autarquia vinculada ao Ministério do Interior.

<sup>9</sup>“Especializada no cultivo da uva para produção de vinhos finos e uva de mesa para exportação e para mercado interno, a Fazenda Milano foi vista por muito tempo como um dos símbolos de sucesso da grande empresa privada na região” (SILVA, 2001, p. 79).

O período seguinte (1975-1985) tem início com a atuação da então Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF<sup>10</sup> na implementação dos demais perímetros públicos de irrigação, concretizados graças à demonstração de viabilidade advinda das experiências com os projetos de Bebedouro e Mandacaru e dos estudos que se realizavam desde a década de 1960. Para tanto, o Programa de Ação do Governo para o Vale do São Francisco (1975-79) como uma frente de desenvolvimento regional e integração nacional dentro do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) permitia a alavancagem de recursos do Tesouro Nacional e a tomada de empréstimos externos.

Sobre os perímetros públicos de irrigação, eixo central das estratégias públicas no Vale, Castro, Neves, Trombin e Lopes (2008, p. 103) discorrem:

[...] são áreas que o poder público desapropria, indenizando os proprietários, e desenvolve estudos de dimensionamento e viabilidade para montar os canais de irrigação. Em praticamente todos os projetos, a área é dividida em lotes e nesses lotes é disponibilizada a água, por meio dos canais de irrigação, um ponto com fonte de energia elétrica e a oportunidade de escoamento com acesso a estradas.

Um agricultor que recebe um lote passa a ter as condições básicas de produção rural, sendo ele responsável pelo desenvolvimento das atividades agrícolas dentro do seu lote, como a montagem de um sistema de irrigação [...] e implementação das culturas que irá desenvolver.

Nesse segundo período (1975-1985) as instituições, principalmente o BNB e a SUDENE, enfatizam suas ações destinadas à formação de um complexo agroindustrial. Nesse sentido, alocam financiamentos principalmente na atração de capitais do Centro-Sul, a fim de promover

---

<sup>10</sup>A CODEVASF substituiu a SUVALE a partir de 1974 e permanece até hoje atuante na região.

a operação de agroindústrias, destacando-se as de concentrados de tomates, sucos e doces de frutas<sup>11</sup>. No processo a jusante em relação à atividade agrícola, a produção de insumos e equipamentos para o setor também passa a ser incentivada, culminando com a instalação de fábricas de equipamentos para a irrigação, adubos e sementes, entre outras. Dependentes de uma infraestrutura urbana adequada, esses empreendimentos se estabeleceram nos municípios de Juazeiro-BA e Petrolina-PE.

Essa ênfase na consolidação de um polo agroindustrial levou ao favorecimento das culturas de ciclo curto, como é o caso do tomate, para as quais havia a demanda das empresas processadoras. Isso fez com que até 1980 fosse inexpressiva a área cultivada com uva, manga, coco e banana, frutas de larga expressividade local atualmente. Esses últimos itens, entretanto, irão se consolidar na década de 1990, promovendo a fruticultura como centro da economia regional, após a crise de financiamento da agricultura e o fracasso da agroindústria local (SILVA, 2001).

Em 1976 é fundado o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido (CPTSA), da EMBRAPA, em Petrolina-PE, ficando ao seu cargo a manutenção e operacionalização das estações experimentais de Bebedouro e Mandacaru. A criação do CPTSA/EMBRAPA faz parte da tentativa de dotar a região de um conjunto de instituições públicas de planejamento, pesquisa e fomento ligadas à agricultura.

De 1985 até 1994, o Submédio São Francisco, segundo a periodização de Silva (2001), assiste a uma terceira etapa na evolução da sua agricultura irrigada. Nesse ínterim, o desmantelamento do padrão de financiamento para a agricultura, atrelado à crise do Estado, leva o sistema agroindustrial local que está sendo erguido a se revelar inviável. Diante disso, os produtores agrícolas que conseguem sobreviver no mercado reorientam suas culturas para um conjunto que incluía principalmente a manga e a uva, mas também incorporava banana, goiaba, coco e pinha, “todas voltadas para o mercado interno, especialmente para os grandes centros consumidores de frutas ‘in

---

<sup>11</sup> A chegada da Agrovale e da Cicanorte, a primeira atuando na produção de açúcar e a segunda, na de polpa de tomate, representa bem os esforços no que tange ao Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste, a partir de 1974.

natura' localizados do Centro-Sul e na região Nordeste, com um grande potencial de demanda" (SILVA, 2001, p. 93).

Desse modo, os anos de 1985 a 1994 representam a ruptura do modelo de agroindústria que estava se consolidando e a passagem para a fruticultura como especialidade da produção do território<sup>12</sup>. Acrescenta-se que em 1987 ocorrem os primeiros esforços das grandes empresas em exportar frutas, incentivadas pelo Estado frente à necessidade de divisas e desestimuladas pelo quadro recessivo que marcava o mercado interno. Essas iniciativas levaram à formação da Associação dos Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco – VALEXPORT, que passou a centralizar as ações de comercialização dos produtores e a fazer o elo entre esses e o mercado externo.

De acordo com Silva (2001, p. 97), na expansão da fruticultura nesse período:

Merecem destaque as culturas destinadas à exportação (manga e uva), que, já em 1987, despontavam entre as principais fruteiras cultivadas, com destaque para a primeira, que tomaria um grande impulso na região. Mas, também, pode ser observado um leque diversificado de frutas que passam a ser cultivadas nos perímetros irrigados [...].

Esse comportamento virtuoso da atividade frutícola no território estudado, formando uma base exportadora de dinâmica considerável, tem seu desempenho atingido pelos efeitos do Plano Real, a partir de 1994, quando se inicia o último período de evolução do complexo de produção de frutas analisado, estendendo-se até o ano de 1999. As medidas de estabilização da economia e de controle cambial reduziram o

---

<sup>12</sup> "Aqui, o suporte tecnológico oferecido pelo Centro de Pesquisa da Embrapa – o CPATSA – foi decisivo, pois ofereceu às empresas as informações sobre variedades, manejo das culturas nas condições de cultivo irrigado em clima semiárido, com uma base técnico-científica, tais como turno de rega das culturas, níveis de adubação, e resolvendo alguns problemas impeditivos da produção na época, como, por exemplo, a quebra da dormência da videira" (SILVA, 2001, p. 95-96).

impulso exportador, uma vez que tornaram o mercado interno mais atraente, principalmente quando se considera a melhor distribuição de renda no Brasil logo quando implementado o Plano Real e os novos tipos de exigência dos mercados externos.

Assim, na etapa 1995-1999, a especialização territorial do Submédio São Francisco em fruticultura se consolida, incorporando sobremaneira o mercado interno. Não quer dizer que a vinculação ao resto do mundo via exportações tenha cessado. Pelo contrário:

no caso específico da manga, já houve uma retomada na trajetória de crescimento das exportações logo no ano seguinte, de forma que em 1996 a região já respondia por cerca de 87,2% das exportações brasileiras e, aproximadamente, 7,0% das exportações mundiais” (SILVA, 2001, p. 98).

O que se apreende da evolução acima traçada é a configuração de um território produtivo, ao final do século XX, em que um tipo particular de alimento, as frutas, torna-se o gênero no qual a especialização acontece. A vinculação dessa produção a mercados exigentes, sobretudo os internacionais, faz com que o Submédio São Francisco tenha que desenvolver uma série de características e habilidades necessárias à participação nesse tipo de comércio, de forma que tais exigências provocam transformações sociais, econômicas e políticas na localidade.

Uma maior compreensão desses impactos passa pela consideração do que Cavalcanti (2004, p. 18) chama de *construção social dos alimentos* numa época de *globalização dos sistemas agroalimentares*: “ao mesmo tempo que se analisa a circulação das mercadorias nos mercados globais, dirige-se a atenção para os locais de produção, cujas especificidades somam-se aos itens de qualidade dos novos produtos agrícolas”.

A autora refere-se à abordagem da Sociologia dos Alimentos, enfatizando as mudanças recentes do lado da demanda, em especial das frutas frescas, em que novos hábitos de consumo provocam novas formas de conexão das áreas rurais com o restante do mundo, de acordo com

suas capacidades e recursos locais. Esse fenômeno seria responsável por diferentes maneiras de posicionamento das localidades na operacionalização do atendimento às demandas globalizadas, com consequências diretas sobre processos vitais para suas economias. Podem-se citar como exemplos dessas consequências, principalmente, as mudanças na organização do processo de trabalho e modos de uso dos recursos ambientais, mas também na utilização de símbolos e imagens nas características dos produtos, para citar alguns.

Para Cavalcanti (2004, p. 22):

observa-se uma mudança no foco das atenções e nos olhares que se lançam sobre a construção dos alimentos, foco esse que tende a ser ampliado para compreender as preferências dos consumidores e o potencial dos espaços rurais para responder a esses apelos.

Esse tipo de discussão não pode ficar de fora das abordagens sobre o território do Vale do Submédio São Francisco, conquanto tenha se dado aí o desenrolar histórico de uma trajetória na qual estão presentes os itens citados acima no tocante aos impactos da inserção nos circuitos globais de circulação de gêneros alimentícios. O Polo Juazeiro-BA – Petrolina-PE, centro produtivo do Vale, é uma das principais áreas às quais se creditam os *superavits* da balança comercial brasileira no comércio de frutas, que em 2004 apresentou um saldo de US\$ 315 milhões, posicionando o país como o terceiro maior produtor do mundo (LOPES, CASTRO, NEVES, CALDEIRA, 2008)<sup>13</sup>.

As transformações necessárias para que esse desempenho fosse alcançado e suas consequências são enumeradas por Silva (2001): o endividamento de muitas empresas; a crescente substituição, num tipo de *darwinismo social*, do pequeno produtor irrigante por empresários e fruticultores profissionais (quase sempre vindos de outras regiões do

---

<sup>13</sup> O Polo Juazeiro-BA – Petrolina-PE “é responsável por 95% das exportações brasileiras de uva, e em 2006 isto representou US\$ 114 milhões (quase 61 mil toneladas). Exportações de manga chegaram a 97 mil toneladas, quase US\$ 70 milhões e 90% das exportações brasileiras” (LOPES; CASTRO; NEVES; CALDEIRA, 2008, p. 132).

país); a automação e redução do nível de empregos; e a precarização das condições de trabalho pelo processo de reestruturação produtiva criando um contingente de “serviçais na agricultura”.

Também os efeitos ambientais são comentados por Andrade (2005), ao citar o lado adverso da irrigação, como a salinização de solos. Ainda do lado da vulnerabilidade ecológica, a alta concentração da produção nos cultivares de manga e uva é classificada por Castro, Neves, Trombim e Lopes (2008) como aspecto negativo, gerador de sérios riscos biológicos (pragas e doenças), além dos riscos econômicos.

Citando dados de um estudo realizado pelo Banco Mundial em 2004, Lopes, Castro, Neves e Caldeira (2008) apresentam uma situação que pode ser entendida como reflexo das contradições e interação entre aspectos positivos e negativos nas áreas de irrigação do Vale do São Francisco. Num recorte temporal de 1970 a 2000, o crescimento demográfico dos municípios com irrigação teria sido de 91,80% ou 2,19% ao ano, enquanto nos municípios sem irrigação esses dados teriam sido de 15,60% e 0,48% anuais. Fica então evidente o poder de atração dos primeiros, algo ainda mais claro quando os autores colocam que neles o PIB *per capita* teria avançado de R\$1.648,00 em 1970 para R\$2.801,00 no ano 2000, ao passo que nos “municípios não irrigados” essa evolução teria sido de R\$1.012,00 para R\$1.584,00. Contudo, no que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, não aparecem significativas contribuições da agricultura irrigada, já que nos municípios nos quais ela ocorre esse indicador subiu de 0,274 em 1970 para 0,687 em 2000, um crescimento muito assemelhado ao que se manifestou nas demais áreas, de 0,259 para 0,644.

Entre todas as transformações que ficam explícita ou implicitamente visíveis a partir das considerações acima, optou-se, neste trabalho, por privilegiar aquelas que denotam maiores conexões entre o urbano e o rural no Polo Juazeiro-BA – Petrolina-PE. Essa opção não decorre do acaso, mas da necessidade de vincular os dois espaços na tentativa de demonstrar que a gestão do território requer a abordagem integrada dos mesmos. Por tal motivo, o mercado de trabalho, ao ser capaz de incorporar grande contingente de pessoas, tendo na atividade agrícola, ou naquelas a ela ligadas, seu principal eixo dinâmico, parece ser um

bom indicador da influência da ruralidade territorial no desempenho da localidade<sup>14</sup>. Esse indicador será melhor discutido em seção posterior.

Nesse mesmo sentido, a tendência à *flexibilidade produtiva* verificada para o conjunto da economia nas décadas recentes é também discutida por Silva (2001) para o contexto dos dois municípios do polo de fruticultura irrigada. Além disso tem-se a tendência ao emprego cada vez maior de um perfil de trabalhador no processo produtivo agrícola que, indiscutivelmente, tende a apresentar maiores vínculos com os centros urbanos:

(...) além da redução do nível de empregos na atividade, as exigências de uma produção voltada para o mercado de produtos de qualidade passam a exigir, cada vez mais, mão-deobra qualificada e serviços especializados tanto no processo produtivo quanto nas atividades pós-colheita (embalagem, empacotamento e classificação), em detrimento da mão-deobra menos especializada (SILVA, 2001, p. 116).

---

<sup>14</sup> É elucidativo, nesse ponto, citar os resultados obtidos por Targino, Moreira e Figueiredo (2004), quando do estudo das principais tendências apresentadas pelo crescimento populacional das áreas rurais do Nordeste entre 1991 e 2000. Os autores constatam, a partir dos dados dos censos demográficos e agropecuários, que durante a década de 1990 o espaço rural nordestino sofreu um forte processo de evasão populacional, com uma queda de 11,7% quando se comparam as populações rurais de 2000 e 1991. Isso corresponderia a uma taxa média anual de crescimento populacional de -1,38%. Mais interessante, para os fins do estudo ora apresentado, é que os autores acima citados indicam, para a dinâmica demográfica em nível microrregional, que em 80% das microrregiões nordestinas houve decréscimo da população do campo. No estado de Pernambuco, a única microrregião que apresentou taxa positiva foi a de Petrolina, com 0,41% ao ano, porém abaixo do percentual de crescimento vegetativo da população, o que leva à conclusão de que o referido espaço se constituiu em área de emigração rural. Isso revertia o que os pesquisadores haviam visualizado no período 1970-1991, em que o território mostrava forte incremento populacional rural (2,48% ao ano) em virtude do dinamismo do polo de agricultura irrigada. Continuando sua discussão sobre a microrregião de Petrolina-PE, Targino, Moreira e Figueiredo (2004) observam que o censo agropecuário de 1985 levanta um total de 55.115 pessoas ocupadas, tendo esse total se elevado para 62.244, segundo o censo de 1995-96. Logo, no que pese a defasagem do intervalo coberto pelos censos agropecuários (1985-96) e censos demográficos (1991-2000), o trabalho citado comenta que “o confronto do pessoal ocupado na agricultura com população rural permite inferir que parcela não insignificante do pessoal ocupado na agricultura microrregional tem residência no espaço urbano” (TARGINO; MOREIRA; FIGUEIREDO, 2004, p. 133).



Daí que o encadeamento entre a economia rural e a economia urbana, com induções que partem da primeira, torna-se inegável:

Os serviços que se manifestam, cada vez mais, em todas as fases do processo de produção agregando valor na esfera da comercialização e distribuição dos produtos, transformam, paulatinamente, o polo Petrolina/Juazeiro em um “polo de serviços”, em vez do sonhado polo agroindustrial, de viva memória nos planos de desenvolvimento regional (SILVA, 2001, p. 117).

O território foco da discussão deste artigo, por conseguinte, apresenta elementos de ruralidade suficientes para que a gestão do seu desenvolvimento ocorra sob o enfoque da integração rural-urbano. Duas observações ilustram bem esse contexto: 1) sua inserção regional do Nordeste, região com maior percentual de população do campo no Brasil e alvejada historicamente por programas governamentais federais cuja atuação tem colocado os seus recursos ambientais naturais em evidência na superação dos problemas sociais e econômicos<sup>15</sup>; e b) sua evolução enquanto área de produção de alimentos calcada na valorização dos seus atributos ecológicos, dos quais os recursos hídricos, as terras agricultáveis, as altas temperaturas e a insolação foram as vantagens comparativas mais importantes para o seu desempenho.

Na seção que segue, mediante os argumentos já apresentados, o mercado de trabalho do polo frutícola é o elemento fornecedor da ruralidade em questão, a ser explorado.

---

<sup>15</sup> Mesmo em face da contemporaneidade e não obstante a mudança de foco, na década de 1950, das secas para as questões econômicas, é válido afirmar a centralidade dos ativos ambientais regionais nas políticas de desenvolvimento regional atuais. Para tanto, basta lembrarmos a proposta de transposição das águas do São Francisco e a produção de biodiesel nas terras nordestinas.

## **Tentando captar a ruralidade do território a partir da evolução do mercado de trabalho e da distribuição espacial da população no Polo Juazeiro - Petrolina**

Nesta seção, a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, e o IPEADATA, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, foram utilizados como fontes de dados secundários. A RAIS permite, dentre outras abordagens, observar o comportamento do emprego formal no decorrer dos anos selecionados, de acordo com os setores de atividade produtiva, obtendo o número de empregos gerados nos mesmos e sua participação no emprego total. Por sua vez, o IPEADATA serviu à observação da distribuição espacial da população entre as áreas rurais e urbanas.

Aqui, no que concerne ao mercado de trabalho, a atenção voltada para o setor da agropecuária e para a participação do emprego neste setor em relação ao total será fundamental ao processo de indicação da ruralidade do território estudado. Conscientes da restrição imposta pelo fato de se deixar de capturar os empregos rurais não agrícolas<sup>16</sup>, é preciso também compreender que os dados utilizados não permitem maiores aproximações ao fenômeno estudado.

Analisando separadamente os municípios de Juazeiro – BA e Petrolina – PE (Tabela 3), percebe-se que, na última década do século passado, há duas únicas diferenças na direção de desempenho do mercado formal de trabalho entre os dois.

A primeira está no fato de que enquanto o setor de construção civil apresenta redução da participação total no número de empregos em Juazeiro-BA (de 3,71% em 1990 para 3,31% em 2000, passando por 1,29% em 1995), há um crescimento dessa proporção do mesmo ramo de atividade em Petrolina-PE (de 2,26% em 1990 para 5,75% em 2000). O setor de comércio, por sua vez, mesmo apresentando crescimento absoluto significativo do número de postos de trabalho em ambos os

---

<sup>16</sup> Nesse sentido, a existência de empregos em setores distintos da agropecuária, como na administração pública ou na própria indústria de transformação, é negligenciada pelo nível de detalhamento dos dados, por exemplo, no caso de professores rurais e agro-indústrias cujas plantas estejam fora da área urbana.

municípios, foi responsável por alguns diferenciais entre os mesmos. Percebe-se que em Juazeiro-BA houve elevação da parcela de empregos no comércio no conjunto da economia local (de 15,00% em 1990 para 17,11% em 2000), ao passo que no município vizinho de Petrolina-PE assistiu-se à redução dessa proporção (de 22,13% em 1990 para 20,49 em 2000).

A indústria de transformação, os serviços industriais e os serviços em geral, foram detentores de uma dinâmica de redução de sua participação no emprego formal total nos dois municípios, sendo que os três segmentos em questão são mais presentes, em termos relativos, em Juazeiro-BA do que em Petrolina-PE. A contribuição da administração pública e da agropecuária se elevaram de um lado e de outro, chegando no ano 2000 a níveis próximos entre os dois municípios. Entretanto, o destaque certamente está na agropecuária, setor que passa a ser o segundo maior empregador formal de mão-de-obra em Juazeiro-BA no ano de 2000 (19,23%), tendo saído do patamar de 8,88% da mão-de-obra formal total em 1990. Em Petrolina-PE, a agropecuária representa também o segundo maior empregador formal com 23,8% em 2000, depois de ter saído do nível de 7,08% em 1990. Nos dois casos, o líder no emprego é o segmento dos serviços, com 26,69% em Juazeiro-BA e 25,94% em Petrolina-PE, no ano 2000. Ressalte-se, porém, que a participação do setor de serviços nesses municípios apresenta-se em declínio desde 1990, apesar do crescimento absoluto do número de empregos gerados. Em Petrolina-PE, já se manifestava, no fim do século passado, uma tendência a que a agricultura viesse a ser o maior setor empregador, enquanto essa mudança demonstra-se mais distante em Juazeiro-BA. Note-se pela Tabela 3 que, de cada 10 pessoas no mercado formal de trabalho no ano de 2000, quase duas, em Juazeiro-BA, estavam na agropecuária, enquanto mais de duas encontravam-se nesse setor no município de Petrolina-PE.

Mesmo tendo em vista os limites do banco de dados que se está utilizando, sendo o principal deles a desconsideração de uma grande quantidade de pessoas imersas na informalidade, em relações de trabalho que não se caracterizam como formais, as informações apresentadas demonstram em que tipos de atividades as unidades

produtivas são mais capazes de gerar oportunidades de emprego e renda.

Tabela 3 – Distribuição do número de empregos formais por setor de atividade econômica nos municípios de Juazeiro-BA e Petrolina-PE - 1990-2000

Setores de Atividade	Juazeiro – BA						Petrolina – PE					
	1990	%	1995	%	2000	%	1990	%	1995	%	2000	%
Extr. Mineral	9	0,00	133	0,78	9	0,05	0	0,00	9	0,05	31	0,13
Ind. Transf.	2.812	22,08	3.886	22,77	3.461	18,22	2.172	16,59	1.836	9,77	2.070	8,67
Serv. Ind. Up.	725	5,69	365	2,14	402	2,12	207	1,58	207	1,10	14	0,06
Constr. Civil	473	3,71	220	1,29	628	3,31	296	2,26	854	4,55	1.372	5,75
Comércio	1.911	15,00	1.699	0,78	3.248	17,11	2.898	22,13	4.004	21,32	4.894	20,49
Serviços	4.587	36,01	5.381	31,53	5.068	26,69	3.713	28,36	4.618	24,59	6.194	25,94
Adm. Pública	219	1,72	2.102	12,32	2.522	13,28	1.799	13,74	3.569	19,00	3.621	15,16
Agropecuária	1.131	8,88	2.809	16,46	3.652	19,23	927	7,08	3.230	17,20	5.683	23,80
Outr./Ign.	870	6,83	473	2,77	0	0,00	1.081	8,26	456	2,43	0	0,00
<b>Total</b>	<b>12.737</b>	<b>100,00</b>	<b>17.068</b>	<b>1,00</b>	<b>18.990</b>	<b>100,00</b>	<b>13.093</b>	<b>100,00</b>	<b>18.783</b>	<b>100,00</b>	<b>23.879</b>	<b>100,00</b>

Fonte: RAIS/MTE.

Na Tabela 4, que agrupa os dados acima, tem-se o comportamento do emprego por setor para todo o Polo Juazeiro-BA – Petrolina-PE. Observe-se que, no que respeita à construção civil, os acréscimos relativos apresentados no município pernambucano superam as reduções sofridas pelo setor em Juazeiro-BA. Quanto ao comércio, são os acréscimos de participação do ramo produtivo no município baiano que superam os decréscimos do lado de Pernambuco, fazendo com que, para o polo, as atividades comerciais elevem sua participação no total<sup>17</sup>.

Fica mais claro, pela Tabela 4, que apenas quatro segmentos tiveram sua participação no emprego total elevada no período 1990-2000: a construção civil, o comércio, a administração pública e a agropecuária, com expansões respectivas de 1,69%, 0,30%, 6,52% e 13,81%. As maiores quedas de participação, por sua vez, se deram nos serviços (5,86%) e sobretudo na indústria de transformação (6,40%). Todavia, é importante observar que, no que concerne à comparação entre os anos de 1990 e 2000, em termos absolutos esses setores passaram a empregar

<sup>17</sup> Em relação ao ano de 1990, a participação do comércio tem um diminuto acréscimo em 2000, passando de 18,69% para 18,99%. Todavia, em 1995 essa proporção foi de 15,91% (Tabela 4). Nesse sentido, os últimos anos da década passada representaram um ímpeto considerável para o setor.

quantidades significativamente maiores, expandindo-se 10,98% (indústria de transformação) e – o que chama mais atenção – 35,69% (serviços)<sup>18</sup>.

Tabela 4 – Distribuição do número de empregos formais por setor de atividade econômica no Polo Juazeiro-BA/Petrolina-PE - 1990-2000

<b>Pólo Juazeiro – Petrolina</b>						
<b>Setores de atividade</b>	<b>1990</b>	<b>%</b>	<b>1995</b>	<b>%</b>	<b>2000</b>	<b>%</b>
Extr. mineral	9	0,04	142	0,40	40	0,09
Ind. Transf.	4.984	19,30	5.722	15,96	5.531	12,90
Serv. Ind. Up.	932	3,61	572	1,60	416	0,97
Constr. civil	769	2,98	1.074	3,00	2.000	4,67
Comércio	4.809	18,69	5.703	15,91	8.142	18,99
Serviços	8.300	32,13	9.999	27,89	11.262	26,27
Adm. pública	2.018	7,81	5.671	15,82	6.143	14,33
Agropecuária	2.058	7,97	6.039	16,84	9.335	21,78
Outr./ign.	1.951	7,55	929	2,59	0	0,00
<b>Total</b>	<b>25.830</b>	<b>100,00</b>	<b>35.851</b>	<b>100,00</b>	<b>42.869</b>	<b>100,00</b>

Fonte: RAIS/TEM.

De acordo com a Tabela 5, excetuando-se o setor de extração mineral, que acaba apresentando variação muito alta para os intervalos 1990–1995 e 1990-2000, em razão dos seus baixos valores absolutos, a agropecuária liderou o crescimento do mercado de trabalho formal do Polo Juazeiro-BA – Petrolina-PE, na década de 1990, ampliando suas contratações em 353,60%. Se bem que nos cinco anos compreendidos entre 1995 e 2000, as atividades agropecuárias tenham apresentado crescimento no nível de emprego inferior à construção civil, nos primeiros cinco anos da década de 1990, o setor se destacou com o maior nível de expansão do número de empregados. Nos três períodos observados (1990-1995; 1995-2000; 1990-2000), a elevação percentual no emprego agropecuário situou-se acima dos correspondentes visualizados para a economia do território como um todo.

<sup>18</sup>É de se ressaltar também que os serviços mantiveram a rota crescente de emprego em todo o período 1990-2000, passando de 8.300 postos de trabalho formais em 1990 para 9.999 em 1995, até atingir 11.262 em 2000. Ao seu turno, a indústria ampliou sua quantidade de empregados entre 1990 e 1995, de 4.984 para 5.722, mas retrocedeu ao nível de 5.531 em 2000, ao final da década.

Tabela 5 – Variação do número de empregos formais por setor de atividade econômica no Polo Juazeiro-BA/Petrolina-PE - 1990-2000

<b>Polo Juazeiro – Petrolina</b>			
<b>Setores de atividade</b>	<b>1990 – 1995 (%)</b>	<b>1995 – 2000 (%)</b>	<b>1990 – 2000 (%)</b>
Extr. mineral	1477,78	-71,83	344,44
Ind. Transf.	14,81	-3,34	10,98
Serv. Ind. Up.	-38,63	-27,27	-55,36
Constr. civil	39,66	86,22	160,08
Comércio	18,59	42,77	69,31
Serviços	20,47	12,63	35,69
Adm. pública	181,02	8,32	204,41
Agropecuária	193,44	54,58	353,60
Outr./ign.	-52,38	-100,00	-100,00
<b>Total</b>	<b>38,80</b>	<b>19,58</b>	<b>65,97</b>

Fonte: RAIS/TEM

As tabelas apresentadas cumprem a função de apontar um indicador aproximado de *ruralidade territorial*, para o qual a evolução da participação da agropecuária no conjunto das atividades econômicas foi o parâmetro selecionado. Em linhas gerais, na última década do século passado, a composição setorial da estrutura de emprego formal do Polo Juazeiro-BA - Petrolina-PE foi marcada pelo avanço da parcela de contribuição do referido setor, que apresentou certa tendência a tornar-se o principal segmento na inserção das pessoas no mundo do trabalho daquela localidade.

Adicionalmente, demonstrou-se que o próprio crescimento das ocupações no mercado de trabalho do conjunto formado pelos dois municípios pesquisados foi impulsionado pelas unidades de contratação inseridas na agropecuária.

O crescimento paralelo, ainda que em níveis mais baixos, visto na última tabela, dos totais de contratados em segmentos como a construção civil, os serviços, a administração pública e o comércio, denota a simultaneidade de transformações urbanas. Isso é verificável, pois mesmo que não se possa dizer que essas atividades sejam exclusivamente urbanas, pode-se afirmar que são na grande maioria realizadas por unidades localizadas nas cidades.

Em sequência, relacionam-se os dados da distribuição da população do território entre as áreas rurais e urbanas<sup>19</sup>. Em primeiro lugar, a forma como a população do território está distribuída entre a cidade e o campo, nos dois municípios da área de estudo, mostra-se muito semelhante. Como revela a Tabela 6, a seguir, os 393,1 mil habitantes do polo no ano 2000 (dos quais 174,57 mil em Juazeiro-BA e 218,54 mil em Petrolina-PE) estavam em grande parte na área urbana: 76,35% do total no primeiro município e 76,09% no segundo. Os residentes rurais, assim, compreendem quase um quarto da população em ambos os casos, proporção considerável, mas inferior ao que ocorria no Nordeste como um todo no final do século passado, quando 30,1% dos nordestinos viviam no campo<sup>20</sup>.

A comparação entre os dois municípios na Tabela 6 encontra um diferencial no comportamento da participação da população, segundo a condição de domicílio, no quadro geral. Enquanto no decorrer da década de 1990, o município de Juazeiro-BA reduziu a parcela da população urbana no total de residentes de 79,42% em 1991 para 76,35% em 2000, o inverso ocorreu em Petrolina-PE, onde a população rural foi que perdeu proporção na totalidade do número de habitantes, de 28,58% para 23,91%, em 1991 e 2000, respectivamente. Todavia, sendo o município pernambucano o mais populoso, certamente a sua tendência de crescimento da taxa de urbanização é que prevalece no conjunto do polo.

Tabela 6 – Distribuição da população residente, segundo a condição do domicílio nos municípios de Juazeiro-BA e Petrolina-PE - 1991-2000

População	Juazeiro - BA						Petrolina - PE					
	1991	%	1996	%	2000	%	1991	%	1996	%	2000	%
Urbana	102.266	79,42	133.117	77,36	133.278	76,35	125.273	71,42	142.432	74,48	166.279	76,09
Rural	26.501	20,58	38.948	22,64	41.289	23,65	50.133	28,58	48.806	25,52	52.259	23,91
<b>Total</b>	<b>128.767</b>	<b>100,00</b>	<b>172.065</b>	<b>100,00</b>	<b>174.567</b>	<b>100,00</b>	<b>175.406</b>	<b>100,00</b>	<b>191.238</b>	<b>100,00</b>	<b>218.538</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IPEA.

<sup>19</sup> A classificação de urbano e rural tratada aqui permanece a estabelecida pelos órgãos oficiais, como o IBGE. De novo, mencione-se a limitação do uso dessas fronteiras, quando se quer estudar as relações cidade-campo por uma abordagem mais adequada às interações dos agentes sociais. Porém, assinalem-se as dificuldades inerentes à busca de dados que estejam agrupados sob outros padrões que não os oficiais.

<sup>20</sup> Ver Tabela 2, apresentada anteriormente.

Corroborando o que foi assinalado acima, os percentuais de participação da população urbana na população total mantiveram-se crescentes durante o período dos anos de 1990, no território investigado, como demonstram os dados apresentados na Tabela 7. De 74,81% em 1991, esse percentual se expande para 75,85% em 1996 e passa para 76,20% no final da década, revelando que durante todo o intervalo 1990-2000 o ritmo desse crescimento foi praticamente o mesmo.

Tabela 7 – Distribuição da população residente, segundo a condição do domicílio no Polo Juazeiro-BA/Petrolina-PE - 1991-2000

População	Polo Juazeiro – Petrolina					
	1991	%	1996	%	2000	%
Urbana	227.539	74,81	275.549	75,85	299.557	76,20
Rural	76.634	25,19	87.754	24,15	93.548	23,80
<b>Total</b>	<b>304.173</b>	100,00	<b>363.303</b>	100,00	<b>393.105</b>	100,00

Fonte: IPEA.

Aqui, cabe associar esse dado ao fato de a região ser detentora de um mercado de trabalho com traços cada vez mais rurais ao longo dos anos em observação, como se pôde observar nas Tabelas 3 a 5. Todavia, a crescente taxa de urbanização do contingente populacional é contrastante com o processo anterior, não no sentido de que sejam movimentos excludentes, mas sim na indicação de que se contrapõe à dissociação rural-urbana e associa os dois contextos campo-cidade numa outra lógica de organização social do espaço<sup>21</sup>.

A evolução das taxas de crescimento populacional do Polo Juazeiro-BA – Petrolina-PE, na década passada, está disposta na Tabela 8. Note-se, aqui, as substanciais diferenças no que diz respeito à variação populacional na primeira e na segunda metade da década de 1990, bem como em relação às populações urbana e rural.

<sup>21</sup> Conforme já apontaram Targino, Moreira e Figueiredo (2004), a presença de empregados rurais que vivem na cidade, no âmbito das unidades produtivas da agricultura irrigada, é uma das explicações para a emigração rural que seu estudo observa na microrregião de Petrolina. Evidenciam, assim, uma tendência ao uso social da cidade como espaço de moradia e o campo como território de trabalho para um certo conjunto da população.



Os primeiros cinco anos do intervalo de tempo abordado apresentaram um aumento mais acelerado tanto do número de pessoas na cidade como no campo, em comparação com as elevações que se processaram nos cinco últimos anos do período. O percentual no qual variou a população total entre 1991 e 1996 (19,44%) foi mais que o dobro do que teve lugar em 1996-2000 (8,20%).

Ao longo dos 10 anos estudados, a elevação percentual da população urbana foi superior ao que se verificou para a demografia local como um todo, ao passo que o componente rural do conjunto cresceu a um ritmo menos acelerado. De 1991 a 2000, o avanço na população total foi de 29,24%, sendo 31,65% do lado urbano e 22,07% no campo.

Tabela 8 – Percentual de variação da população residente, segundo a condição do domicílio no Polo Juazeiro-BA/Petrolina-PE - 1991-2000

<b>População</b>	<b>Varição 1991-96 (%)</b>	<b>Varição 1996-2000 (%)</b>	<b>Varição 1991-2000 (%)</b>
Urbana	21,10	8,71	31,65
Rural	14,51	6,60	22,07
<b>Total</b>	<b>19,44</b>	<b>8,20</b>	<b>29,24</b>

Fonte: IPEA.

A associação entre mercado de trabalho e contingente populacional parece ficar explícita se observarmos o comportamento do emprego formal no território, apresentado na seção anterior. O número de contratados, assim como o número de residentes, também se amplia com maior força na primeira metade da década passada (38,80%) do que nos seus últimos cinco anos (19,58%).

## **Considerações Finais**

A principal pretensão deste artigo foi demonstrar como as necessidades atuais inerentes ao planejamento dos territórios, apontadas nas

discussões recentes sobre ruralidade, mostram-se pertinentes ao caso do Polo Juazeiro-BA - Petrolina-PE.

A concepção de que as dimensões campo e cidade são indissociáveis e tendem a manter relações cada vez mais intensas na contemporaneidade foi o ponto de apoio no referencial teórico para a defesa de que a localidade estudada tem seu desempenho na promoção do desenvolvimento humano atrelado à forma como essa interligação se processa.

Partindo para termos mais particulares, enfatizaram-se as seguintes características do território do Submédio São Francisco ligadas à ruralidade: a) o pertencimento à região Nordeste do Brasil, cuja população rural é a maior dentre as demais regiões do contexto nacional, representando mais de 30% de seu número total de habitantes; b) a incidência histórica de políticas de desenvolvimento regional, sobretudo relacionadas à promoção da agricultura irrigada, intensificando o uso dos recursos naturais locais e criando uma forte interdependência entre o rural, centro das atividades produtivas impulsionadas, e as cidades, ponto de apoio aos setores econômicos dinâmicos do campo; c) a configuração de um polo de produção de frutas frescas, comercializadas “*in natura*” – portanto dotadas das características locais com ênfase no rural que abriga as principais vantagens comparativas sustentadoras da atividade – carreando o crescimento local e vinculando o território a outros espaços do país e do mundo, principalmente por meio dos fluxos de comércio, doméstico e internacional; e d) o encadeamento, evidenciado por alguns autores, entre as dinâmicas rural e urbana do polo, seja por meio dos trabalhadores da fruticultura no campo, dentre os quais parte considerável vive na cidade, seja através da ligação realizada pelo setor de serviços urbanos que compõem a cadeia produtiva dos alimentos na etapa pós-porteira.

Em função das observações oriundas dos aspectos acima listados, optou-se por utilizar como variável indicadora da ruralidade territorial o desempenho do mercado de trabalho formal. Nessa perspectiva, foram analisados os dados da ocupação formal da mão-deobra na área de estudo, tendo como período de análise os 10 últimos anos do século XX. A unidade de observação privilegiada foi a dupla de municípios

Juazeiro-BA – Petrolina-PE, pela centralidade urbana que a mesma manifesta e em razão de ser aí que se concentram as atividades econômicas mais dinâmicas do Submédio São Francisco.

Percebeu-se, então, que no período 1990-2000 foi o setor agropecuário que liderou o crescimento da contratação formal de trabalhadores no polo, com taxas muito acima dos demais e avançando na sua participação no total da mão-de-obra empregada. Isso ocorreu juntamente com a evolução positiva de alguns segmentos predominantemente urbanos, como a construção civil e o comércio, enquanto a indústria pouco evoluiu na expansão do total de empregados.

Considere-se também que outros dados socioeconômicos foram observados. No que diz respeito a esse ponto, destacou-se o comportamento da população residente, cuja parcela urbana cresceu em ritmo notadamente acima do rural, confirmando a tendência de que o mercado de trabalho rural atraia pessoas que passem a residir nos perímetros das cidades.

Diante de tal quadro, fica mais nítida a associação entre os processos que têm lugar no campo e o que ocorre na cidade. Além da presença de indivíduos que têm ocupação rural, mas residem na cidade, há também a indicação de um grande número de empreendimentos urbanos inseridos nas cadeias produtivas dos gêneros agropecuários, algo não explicitamente captado pelos dados utilizados.

Sabe-se que a continuidade da pesquisa para aprofundar o conhecimento sobre as questões postas se faz necessária. Em especial, seria de grande importância o uso de dados que permitissem acompanhar o comportamento dos setores urbanos de atividade econômica ligados a produtos agropecuários e ao espaço rural em geral, como é caso de muitos serviços. Também, distinguir o local de residência do trabalhador empregado em unidades agropecuárias minaria parte das limitações encontradas nessa primeira investigação. Enfim, há possíveis avanços a serem efetivados por meio da contínua exploração e aperfeiçoamento do problema de pesquisa proposto.

Por ora, às instituições que mantêm nas suas pautas a preocupação com a busca de melhores níveis de desempenho social e econômico para o Polo Juazeiro-BA - Petrolina-PE, fica a indicação de que as condições

locais, seguindo tendências que são globais, exigem programas e projetos que integrem ações sinergicamente voltadas para as dimensões urbanas e rurais. Intervenções desse tipo devem carregar, para essas dimensões, um sentido de completude, sem a qual as condições de vida desfrutadas no território ficam comprometidas.

## Referências

ABRAMOVAY, R. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. IPEA. Rio de Janeiro – IPEA, 2000. Texto para discussão n° 702.

ALENCAR, C. M. M.; MOREIRA, R. Campo e cidade metropolitanos: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo. In: MOREIRA, R. (Org.). *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7 ed. São Paulo – Cortez, 2005.

CASTRO, L. T; NEVES, M. F; TROMBIM, V. G.; LOPES, F. F. Desenvolvendo uma região por meio de Parcerias Público-Privadas: o caso da irrigação. In: NEVES, M. F (Org.). *Agronegócios e desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Atlas, 2008.

CAVALCANTI, J. S. B. Globalização e ruralidade. In: WANDERLEY, M. de N (Org.). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres. UNICAMP, 2004.

GUARINELO, N. L. Cidade-estado na antiguidade clássica. In: PINSKY, J; PINSKY, C. B. (Orgs.). *História da cidadania*. 2 ed. São Paulo. Contexto, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico*. 2000.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *IPEADATA*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acessado em: 12 mai. 2008.

LEITE, P. S. *A luta pelo desenvolvimento regional e rural no mundo: relato de políticas e resultados em países visitados pelo autor*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

LOPES, F. F; CASTRO, L. T; NEVES, M. F; CALDEIRA, M. A. O Vale do São Francisco: lições para o planejamento estratégico de uma região. In: NEVES,

M. F (Org.). *Agronegócios e desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, J. de S. As coisas no lugar: da ambiguidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo. In: MARTINS, J. de S. (Org.) *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Ed. Hucitec. 1986.

MONTE-MÓR, R. L. de M. *O que é o urbano no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006. (Texto para discussão, 281).

MOREIRA, R. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, R. (Org.). *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OLIVEIRA, F. de. As contradições do ão: globalização, nação, região, metropolização. In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (Orgs.). *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

PINTO, J. M. de R. et al. O desafio da educação do campo. In: BOF, A. M. (Org.). *A educação no Brasil rural*. Brasília: INEP, 2006.

RAIS-MTE. *Relação Anual de Informações Sociais*. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pdf/acesso/raisonline.asp>>. Acesso em: 11 mai. 2008.

SAMPAIO, Y; SAMPAIO, E. V. S. B.; SOUZA, H, R. Agricultura irrigada no polo Petrolina-Juazeiro – impactos dos investimentos públicos e privados. In: SAMPAIO, E. V. S. B.; SAMPAIO, Y (Org.). *Ensaio sobre a economia da fruticultura irrigada*. Fortaleza, BNB, 2004.

SILVA, J. G. da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro: implicações para as políticas públicas. In: CASTRO, A. C. (Org). *Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro, Mauad, BNDES, 2002.

SILVA, P. C. G. da. *Articulação de interesses públicos e privados no polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas*. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, 2001.

TARGINO, I; MOREIRA, E. de R; FIGUEIREDO, E. A de. Aspectos da dinâmica da população rural do Nordeste brasileiro na década de 1990. In: WANDERLEY, M. de N (Org.). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres. UNICAMP, 2004.

VEIGA, J. E. da. Nascimento de outra ruralidade. *Estudos Avançados*. 20 (57), p. 333-353. 2006.

VEIGA, J. E. da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

VEIGA, J. E. da. Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural. In: CASTRO, A. C. (Org.). *Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro, Mauad, BNDES, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*. 15 de outubro de 2000. p. 87-145.

**Artigo recebido para publicação em:**

07 de setembro de 2009.

**Artigo aceito para publicação em:**

20 de outubro de 2009.

**Como citar este artigo:**

CORDEIRO NETO, José Raimundo; ALVES, Christiane Luci Bezerra. Ruralidade no vale do submédio São Francisco: observações a partir da evolução econômica do polo Juazeiro-BA - Petrolina-PE. *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro - RJ, v. 3, n. 2, p. 324-361, jul./dez. 2009.